



*ASSEMBLEIA DE FREGUESIA  
DE  
MARINHA GRANDE*

**Acta da Reunião**



**Data: 26-04-2018**

**Nº: 5  
Ordinária**

**2017/2021**

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MARINHA GRANDE

Ata número cinco

Aos vinte e seis dias do mês de Abril de dois mil e dezoito pelas vinte e uma horas e dez minutos, reuniu em sessão ordinária a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande na sede da Junta de Freguesia da Marinha Grande com a seguinte ordem de trabalhos:-----

**1 – Apreciação e Aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia**

**2 – Apreciação e Votação da Prestação de Contas referente ao ano 2017 da Junta de Freguesia de Marinha Grande, e Apreciação do Inventário e Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.**

**3 – Apreciação e Votação da 1ª Revisão ao Orçamento e PPI de 2018-04-30**

**4 – Apreciação do Relatório de Atividades do ano de 2017 e do 1º Trimestre de 2018**

**5 – Informação da Situação Financeira**

O Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos começando por cumprimentar todos os presentes.-----

Ausentes os deputados Aires Rodrigues (+C) e Amândio Fernandes (PS), tendo sido substituídos respetivamente pelos deputados João Moleirinho (+C) e Helena Rodrigues (PS).---- De seguida o Presidente da Assembleia questionou o público presente se alguém pretendia intervir, não tendo existido qualquer inscrição.-----

No período antes da ordem do dia o Presidente da Assembleia informou a mesma da sua participação no Congresso Nacional da ANAFRE que se realizou em Viseu nos dias 26,27 e 28 de Janeiro de 2018, salientando a forma como decorreram os trabalhos que deram origem à votação final de vinte e duas moções, todas aprovadas por maioria e que numa forma geral apontavam para a alteração da lei das finanças locais, da reorganização administrativa do território e revisão do estatuto do eleito local.-----

O Presidente da Assembleia questionou a Presidente da Junta se já tinha resposta à questão colocada pelo deputado José Jorge (CDU) na Assembleia realizada no passado dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e dezassete (Ata nº.2), relativa à imagem da entrada sul da Marinha Grande, (rotunda do vidraceiro), tendo a mesma informado que ainda não tinha resposta, comprometendo-se a dar a informação solicitada na próxima Assembleia.-----

No período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia, questionou os deputados se alguém pretendia intervir sobre assuntos de interesse para a Freguesia.-----

O deputado Sesinando Araújo (BE),apresentou à Assembleia uma proposta de Recomendação sobre Segurança Pública, anexa a esta ata, tendo sido lida pela primeira secretária. No essencial a proposta recomenda ao executivo da Junta que estabeleça um protocolo de cooperação com as forças de Segurança (PSP e GNR), que calendarize sessões de auscultação, informação e sensibilização junto da população da freguesia, com maior incidência na faixa etária mais elevada.-----

Sobre esta proposta de recomendação a Presidente da Junta informou que está a decorrer uma ação denominada “Ao encontro da coletividades” tendo sido realizada a primeira sessão na Associação da Comeira com a colaboração da PSP, tendo já recebido respostas positivas para a continuação destas sessões, nomeadamente das coletividades da Ordem e Pilado. Informou ainda que no caso do estabelecimento dum protocolo, o mesmo terá que ser aprovado pela Assembleia de Freguesia, pelo que o Presidente da mesa solicitou à Presidente da Junta que analise a exequibilidade deste protocolo, dando informação na próxima Assembleia.-----

O deputado Vasco Silva (CDU) apresentou uma moção alusiva ao 25 de Abril, anexa a esta ata, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

O deputado João Moleirinho (+C) disse ter conhecimento que o Município tinha enviado para a Junta um email a solicitar propostas da Junta com vista à celebração do acordo de execução para o ano em curso, questionando quais tinham sido as propostas apresentadas pelo executivo. A Presidente respondeu que não foi rececionado na Junta qualquer pedido de propostas por parte da Câmara, mas que a Junta em reunião com a Presidente Dr<sup>a</sup> Cidália Ferreira em 14.11.2017 apresentou as suas propostas das quais ainda não obteve qualquer resposta.-----

No seguimento dos trabalhos o Presidente da Assembleia, colocou à apreciação e votação a ata nº 4, relativa a Assembleia Extraordinária de 13 de Março de 2018, tendo a mesma sido aprovada por maioria com uma abstenção da bancada do (PS).-----

O Presidente da mesa da Assembleia deu início aos trabalhos de acordo com a ordem estabelecida na convocatória da referida reunião, designadamente:-----

### **1 - Apreciação e Aprovação do Regimento da Assembleia de Freguesia**

Sobre o assunto em apreciação e no âmbito do grupo de trabalho criado para o efeito, o Presidente da mesa efetuou a leitura da proposta número um de dois mil e dezoito, subscrita por todos os líderes dos partidos e movimentos independentes representados nesta Assembleia.-----

Na posse da palavra o deputado Marco Sousa (PS) congratulou-se por integrar o grupo de trabalho de alteração ao Regimento, a forma cordial como decorreram os trabalhos que contribuíram para um melhor manuseamento e entendimento do Regimento.-----

O deputado Sesinando Araújo (BE) apresentou uma proposta, anexa a esta ata, de inclusão de mais um ponto no artigo cinquenta do Regimento em apreciação, que visa a gravação áudio das Assembleias e a sua disponibilização no sítio da internet da Junta de Freguesia, tendo sido lida aos deputados pelo Presidente da mesa.-----

Telmo Rodrigues (CDU), demonstrou alguma perplexidade pelo fato da disponibilização da gravação áudio no sítio da internet da Freguesia, permitir que os fregueses tenham acesso à informação dos trabalhos da Assembleia, antes da aprovação da respetiva ata.-----

O deputado Sesinando Araújo (BE) manifestou-se chocado com a intervenção do anterior deputado (Telmo Rodrigues CDU), alegando que o PCP sempre lutou pelo direito à informação. O deputado Carlos Gomes (MPM) manifestou o seu acordo à proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda.-----

A deputada Anabela Feliciano (AD-PPD/PSD-MPT) manifestou também o seu agrado pela proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda.-----

O Presidente da mesa, Esmeraldo Pedreiro (MPM) interveio, lembrando à Assembleia que qualquer cidadão pode assistir em direto às sessões das reuniões de Câmara, Assembleia Municipal e Assembleia da República, pelo que apoia a referida proposta.-----

Pelo facto do assunto em apreciação convergir com o sítio da internet da Junta de Freguesia, com a autorização da Presidente da Junta, a secretária da mesma, Dr<sup>a</sup>.Diana Gregório informou que este executivo está a analisar a atualização da página da internet, pelo que irá salvaguardar um campo para este tema no mais curto espaço de tempo possível.-----

Não existindo mais intervenções a mesa colocou a proposta de Regimento à votação, com a inclusão do ponto oito no artigo cinquenta, proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, tendo sido aprovada por dezoito votos a favor e uma abstenção da bancada da CDU.-----

### **2 – Apreciação e Votação da Prestação de Contas referente ao ano 2017 da Junta de Freguesia de Marinha Grande, e Apreciação do Inventário e Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais.**

Sobre o ponto em apreciação o Presidente da mesa solicitou ao executivo que efetua-se uma breve apresentação das contas em apreciação, tarefa a cargo da Tesoureira da Junta Ana Fortunato, que esclareceu os presentes sobre as principais rubricas da prestação de contas, bem como elucidou o possível referente ao mapa do inventário e bens.-----

101  
[Handwritten signature]

A deputada Anabela Feliciano (AD/MPT) interveio procurando ser esclarecida quanto à interpretação do mapa de inventário distribuído aos deputados que não identifica o número de bens que sofreram amortização, tendo sido informada que o programa contabilístico que serve de suporte foi explorado ao máximo, não sendo possível visualizar o solicitado, apesar da aplicação informática considerar as referidas amortizações.-----

Pedro Edra (MPM) interveio alertando que esta Assembleia estava a apreciar e fiscalizar as atividades do executivo anterior até Outubro de dois mil e dezassete, sendo chamada a votar uma coisa para a qual nada contribuiu, propondo que se possível fosse efetuada uma Assembleia de aprovação de contas antes da tomada de posse de novo executivo. Face ao tema levantado pelo deputado e às dúvidas inerentes à sua aplicação, o Presidente da mesa disponibilizou-se para averiguar da sua aplicabilidade, dando a informação na próxima Assembleia.-----

Carlos Gomes (MPM) questionou se o programa de contabilidade já está conforme a nova legislação, se não, quando pensa a Junta dar início neste mandato. Questionou ainda a que se destinou a verba de € 6.202.70 na rubrica (Prémios, condecorações e ofertas) e o porquê do grau de execução orçamental igual a zero na rubrica (Instalações de Serviços), quando estava orçamentada a verba de € 200.238,66.-----

Anabela Feliciano (AD/MPT) questionou o porquê do grau de execução orçamental igual a zero na rubrica (Administração Local-Continente), quando estava prevista uma receita de €176.985,82. Em resposta às questões colocadas por Carlos Gomes (MPM) a Presidente da Junta informou que em 2017 ainda não tínhamos a nova contabilidade, estando prevista para 2018, pelo que já esta assegurado o serviço com um gabinete de contabilidade. O valor da rubrica (Prémios Condecorações e Ofertas) destinou-se à aquisição de taças, troféus, brindes, livros, medalhas, etc. que as Associações da freguesia distribuem quando da realização dos diversos eventos, sendo assim mais uma forma da Junta apoiar o movimento associativo. Já quanto à rubrica da despesa (Instalações de Serviços) e da receita (Administração Local-Continente), questão levantada pela deputada Anabela Feliciano (AD/MPT), a Presidente informou que as duas verbas estão relacionadas com a não adjudicação das obras de requalificação do novo edifício da Junta de Freguesia.-----

O deputado Carlos Gomes (MPM) tomou novamente a palavra, solicitando uma cópia do contrato estabelecido com o gabinete que vai executar a contabilidade da Junta em 2018, ao que a Presidente informou, que poderá apenas vir consultar o mesmo aos serviços administrativos da Junta quando entender.-----

Não existindo mais intervenções sobre o ponto em apreciação, o Presidente da mesa colocou o mesmo à votação, sendo este aprovado por unanimidade, bem como as respetivas minutas de aprovação e deliberação.-----

### **3 – Apreciação e Votação da 1ª revisão ao orçamento e PPI 2018**

A pedido do Presidente da mesa a Tesoureira da Junta fez uma breve apresentação da primeira revisão ao orçamento e PPI 2018.-----

O deputado Telmo Reis (PS) questionou sobre o reforço de €35.500,00 na verba (Aquisição de Serviços), qual o desdobramento. Foi informado que o desdobramento estava imediatamente a seguir no respetivo mapa distribuído por sete verbas.-----

Não existindo mais intervenções o Presidente da mesa colocou o ponto à votação, sendo aprovado por unanimidade bem com o a respetiva minuta de deliberação e aprovação.-----

### **4 – Apreciação do Relatório de Atividades do ano 2017 e do 1º Trimestre 2018**

Pedro Edra (MPM) questionou, quais os critérios de atribuição de valores às associações, pois verifica que existe uma discrepância de valores entre as mesmas e se todas as associações têm conhecimento desses critérios, bem como no que se refere aos subsídios atribuídos a algumas escolas, salientando apesar de tudo ser esta uma boa prática efetuada pela Junta.-----

João Moleirinho (+C) felicitou o executivo pelo trabalho efetuado ao longo de 2017.-----

Anabela Feliciano (AD/MPT) questionou qual o ponto de situação do fornecimento de massa asfáltica para o ano 2018.-----

Carlos Gomes (MPM) felicitou o GAP-Gabinete de Apoio Psicossocial pelo trabalho desenvolvido pelas quatro profissionais que constituem este gabinete e pela análise ao relatório, questiona se as mesmas serão suficientes, se não deve o executivo exigir junto do Município uma maior comparticipação financeira por forma a aumentar os recursos humanos afetos a este importante trabalho, tão necessário na nossa freguesia. Solicitou informação de qual o vínculo laboral com a Junta de Freguesia das profissionais envolvidas.-----

Em resposta às questões colocadas, a Presidente da Junta informou que um dos critério de atribuição de subsídios às associações, é atribuir 10% do valor do orçamento da despesa apresentado à Junta, visto que ainda não existe regulamento para este fim. Relativamente aos apoios dados às escolas é atribuído o valor de €2,00 por aluno para visitas de estudo e para as festas de Natal e Fim de Ano. Em relação ao fornecimento de massa asfáltica por parte do Município, informou que até à data não sabe se vai ser em 2018 ou em 2019, citando “ pelo que nos limitamos a tapar buraquinhos aqui e ali”. No que se refere ao GAP e às questões colocadas a Presidente passou a palavra à Dr<sup>a</sup>. Diana Gregório que detém o respetivo pelouro, tendo a mesma feito referência às listas de espera existentes, nomeadamente na área da psicologia, razão pela qual passa a ter uma profissional a tempo inteiro. Assim, das quatro profissionais do GAP, duas pertencem ao quadro de pessoal da Junta de Freguesia e duas prestam serviço como trabalhadoras independentes.-----

Face ao referido na “Reflexão Conclusiva” do Relatório da Atividade do GAP relativo ao ano 2017, no que se refere às condições de espaço físico (ausência de gabinete; partilha de uma mesma sala para várias valências) o Presidente da mesa questionou o executivo, qual o ponto de situação da obra de requalificação do edifício da Junta de Freguesia, que poderá contribuir para colmatar a necessidade relatada. A Presidente informou que a Junta tem um espaço alugado para o efeito e de que tinha acabado de receber nesse dia um “CD” com o projeto da obra, após algumas alterações introduzidas pelo arquiteto, pelo que irá proceder à sua análise para iniciar novos procedimentos.-----

#### **5 – Informação da Situação Financeira**

Através duma breve apresentação a cargo da Tesoureira da Junta, a Assembleia de Freguesia tomou conhecimento da atual situação financeira.-----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia agradeceu a todos os presentes e deu a mesma como encerrada às vinte e três horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que após lida e aprovada será assinada por ele e pelos secretários.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia



Esmeraldo Pedreiro

O Primeiro Secretário



Célia Morgado

O Segundo Secretário



Alda Fernandes



## PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

### *AUSCULTAÇÃO, INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PREVENÇÃO, SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA*

À luz da Constituição da República, existem direitos fundamentais da vivência numa sociedade democrática, como o direito à informação, à segurança e à liberdade.

A vulnerabilidade social é um fator potenciador da criminalidade, em particular para os mais idosos, que são mais frágeis e necessitam, com frequência, do apoio de terceiros. Face a esta dependência social, é fundamental contribuir para a diminuição dos atos criminais que vitimam as pessoas, em geral e particularmente este grupo de risco, que é um alvo fácil para a criminalidade.

É fundamental auscultar a comunidade, cujos contributos certamente serão determinantes para o levantamento dos fatores que podem potenciar o crime; informar das ocorrências registadas, sensibilizar, consciencializar, alertar para situações de risco, aconselhar, nomeadamente na adoção de medidas preventivas e comportamentos de autoproteção, em casa, nos transportes públicos e na via pública, no intuito de diminuir situações de risco, prevenir e evitar burlas e roubos, dando a conhecer os agentes das Forças de Segurança, conferindo um maior sentimento de segurança.

#### **Considerando que:**

- I. A perceção geral da população é de alguma insegurança, resultante do conhecimento de furtos a residências, assaltos na via pública e ocorrência de burlas de formas diversas.
- II. **As Forças de Segurança** no exercício de um serviço público, a favor da comunidade, têm como atribuições, entre outras, prevenir a criminalidade, proteger e auxiliar os cidadãos, defender e preservar os seus bens, apoiar em especial os grupos de risco e contribuir para a informação e formação em matéria de segurança dos cidadãos;
- III. **As Coletividades**, cujo papel e importância é amplamente reconhecido, por todos, constituem, pela sua proximidade ao cidadão, um meio de divulgação privilegiado, junto das comunidades locais;
- IV. A promoção da segurança compete a todos os órgãos do Estado, **constituindo atribuições da Junta de Freguesia**, a defesa dos direitos dos cidadãos e apoiar



entidades e atividades de interesse para a promoção e a salvaguarda dos cidadãos, a Junta de Freguesia pode ser mais interventiva e contribuir para uma relação de maior proximidade entre a Forças de Segurança e os cidadãos;

- V. Por último, que só trabalhando em conjunto, representando o que deve ser a vida em comunidade, é possível dar uma resposta eficaz às necessidades dos cidadãos.

**O eleito do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, reunida a 26 de abril de 2018, delibere recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que:**

1. Estabeleça um protocolo de cooperação com as Forças de Segurança, que atuam na Freguesia, nomeadamente a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional Republicana (GNR), para calendarizar sessões de auscultação, informação, sensibilização, e prevenção de segurança pública, dirigida à comunidade, particularmente aos cidadãos mais idosos, fomentando uma relação de maior proximidade entre a Forças de Segurança e os Fregueses, no sentido de potenciar um ambiente mais seguro, aumentando a perceção de segurança;
2. Que estas sessões tenham um carácter periódico, decorrendo preferencialmente na sede de cada uma das coletividades da Freguesia, que tenham disponibilidade para receber a iniciativa;
3. Que esta proposta seja enviada:
  - às Forças de Segurança, que atuam na Freguesia;
  - às diversas coletividades da Freguesia;
  - às Assembleias de Freguesia da Vieira de Leiria e da Moita, como apelo a que sigam o mesmo procedimento;;
4. Dê conta a esta Assembleia das diligências efetuadas.

Sesinando Araújo

Membro da Assembleia de Freguesia pelo BE

## MOÇÃO

### Cumprir Abril, lutar pelos seus valores

A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional.

Foi uma longa e heróica luta, onde dezenas de antifascistas Marinhenses tomaram parte, que pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

Portugal, apesar dos avanços registados na reposição e conquista de direitos, necessita de uma resposta aos problemas estruturais ligados com o desenvolvimento das capacidades produtivas nacionais e de fortalecimento dos serviços públicos para garantir a resposta às necessidades dos trabalhadores e das populações.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira.

A ampla participação popular e o intenso trabalho realizado em prol das populações, com as comissões administrativas após o 25 de Abril, teve consagração com as primeiras eleições livres e democráticas para os órgãos das autarquias locais, em Dezembro de 1976, onde o Poder Local Democrático se afirmou, operando profundas transformações sociais com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações da Revolução de Abril afirmaram a necessidade de uma política que dignifique o trabalho e os trabalhadores, dê resposta aos problemas do povo e do País, uma política que respeite o Poder Local Democrático e o que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Foram um momento de resistência e luta contra os que querem ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal.

Devem ser um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.

Face ao exposto, a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande reunida a 26 de Abril de 2018, delibera:

1. Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal, os trabalhadores e o povo português.
2. Apelar aos autarcas, aos trabalhadores, ao movimento associativo e a toda a população, para que continuem a valorizar as comemorações do 25 de Abril, na afirmação do Poder Local Democrático como conquista de Abril e na defesa dos interesses e direitos das populações.

Marinha Grande, 26 de Abril de 2018





**Bloco de Esquerda**  
**Assembleia de Freguesia da Marinha Grande**

---

***PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA  
ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA MARINHA GRANDE, PARA O  
QUADRIÉNIO 2017-2021***

No seguimento da instalação da nova Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, para o Quadriénio de 2017-2021, o Bloco de Esquerda vem propor alterações ao Regimento, de modo a tornar este órgão mais transparente e próximo dos cidadãos.

Como tal, consideramos que as sessões desta Assembleia devem ser registadas em áudio e serem imediatamente disponibilizadas, no sítio da internet da Freguesia, permitindo que os fregueses não tenham que aguardar, vários meses, pela sua divulgação, até que as atas sejam aprovadas e publicadas.

**O eleito do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia de Freguesia da Marinha Grande, reunida a 26 de abril de 2018, delibere, incluir no artigo 50º da actual proposta de Regimento da Assembleia de Freguesia da Marinha Grande para o Quadriénio 2017-2021, o ponto 8., com a seguinte redacção:**

***Artigo 50º***

***(Atas)***

*....*

*8. As sessões da Assembleia devem ser registadas em áudio e ficarem disponíveis no sítio da internet da Freguesia, pelo menos, até à aprovação e publicação das atas.*

Sesinando Araújo

Membro da Assembleia de Freguesia pelo BE

---